



Universidade Federal da Paraíba  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis  
Campus IV – Litoral Norte - Mamanguape



## **Implantação da Nota Fiscal Eletrônica sob a percepção de gestores de supermercados de pequeno porte no município de Mamanguape-PB**

**Área Temática:** Gestão, Prática Tributária e Trabalhista

Kallyane de Cássia Ribeiro da Silva- UFPB – kallyaneribeiro@yahoo.com.br

Edilane do Amaral Heleno - UFPB – edilane.amaral@gmail.com

Daniela Cintia de Carvalho Leite Menezes - UFPB – danielaccleite@bol.com.br

Thales Batista de Lima – UFPB – thalesbatista@gmail.com

### **RESUMO**

A informatização está presente em várias áreas e atividades distintas do dia-a-dia, como por exemplo, no meio estudantil, nas relações comerciais, no processo produtivo industrial, entre outras. Assim, a Contabilidade teve que se adaptar às novas exigências do mercado, buscando incorporar às inovações tecnológicas em suas práticas. Afim de dinamizar e facilitar o processo de arrecadação fiscal, o governo optou por substituir a nota fiscal em papel impresso, pela nota fiscal eletrônica. Essa iniciativa visou proporcionar mais agilidade e segurança aos dados declarados, ao processamento das informações, à maior eficácia das fiscalizações, à diminuição dos custos de carga trabalhista e à maior troca de informações entre as esferas governamentais. Diante do exposto, o objetivo do presente estudo consiste em analisar a percepção de alguns gestores de supermercado de pequeno porte no município de Mamanguape-PB sobre a implantação da Nota fiscal eletrônica. Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como descritiva, tendo como procedimentos estudos bibliográficos e análise do questionário aplicado *in locus* junto aos gestores dos empreendimentos. Os resultados obtidos mostraram que os gestores de supermercados de pequeno porte no município de Mamanguape-PB, encontraram algumas dificuldades no momento da implantação da nota fiscal eletrônica em seus empreendimentos, mas que após superado as dificuldades iniciais, o seu manuseio é tranquilo, dando agilidade ao processo de declarações fiscais junto aos órgãos competentes, além de reduzir os custos de impressão, envio e armazenamento de documento fiscal e agilidade no recebimento de mercadorias.

**Palavras-chave:** Contabilidade. Nota Fiscal Eletrônica. Gestão de Supermercados.

### **1 INTRODUÇÃO**

Com a crescente evolução da área tecnológica, e, portanto, com o processo de informatização, as empresas tiveram que se adaptar às mudanças ocorridas para poderem continuar ativas no mercado. No que se refere a área contábil, o uso das novas

tecnologias tem auxiliado no gerenciamento das informações dos empreendimentos em ritmo maior do que antes, considerando que estas são disponibilizadas em tempo hábil.

A informatização das empresas possibilita que os gestores tenham acesso às informações em tempo real, acompanhando o desempenho da empresa. Dessa forma, independente do porte da empresa (pequena, micro, média ou grande), elas tiveram que se enquadrar às novas ferramentas que surgiram para gerir a sua contabilidade.

O processo de informatização também possibilitou a comunicação entre os órgãos fiscalizadores do Estado e as empresas. Assim, foram criados instrumentos para transmitir com exatidão e agilidade as informações entre os empreendimentos e as entidades fiscalizadoras, reduzindo custos operacionais e gerando economia de tempo.

Foi nesse contexto que surgiu no campo contábil e instituído pelo governo brasileiro, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que tem como objetivo principal a padronização das informações contábeis e fiscais. O SPED é composto por doze módulos e três grandes subprojetos a saber: 1) Escrituração Contábil Digital (ECF); 2) Escrituração Fiscal Digital (EFD) e, 3) **a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**. Nesse estudo será dada a ênfase ao último subprojeto citado.

O interesse por pesquisar essa temática surgiu da necessidade de compreender as etapas da implantação da Nota Fiscal Eletrônica nas empresas, principalmente nos supermercados de micro e pequeno porte, destacando a importância dessa informatização da área contábil nesses estabelecimentos. Assim, este estudo partiu da seguinte problemática: **qual a percepção de gestores de supermercados de pequeno porte do município de Mamanguape-PB, acerca da implantação da Nota Fiscal Eletrônica?** Tendo, portanto, como objetivo, analisar a percepção de alguns gestores de supermercado de pequeno porte no município de Mamanguape-PB sobre a implantação da Nota fiscal eletrônica.

Esse estudo organiza-se em cinco seções que discorrem da seguinte forma: na primeira seção fez-se uma contextualização do tema, a justificativa do estudo, os objetivos pretendidos; na segunda seção, trata-se do arcabouço teórico baseado na bibliografia levantada acerca do tema; na terceira seção, a metodologia adotada para a pesquisa; na quarta seção, a apresentação, a análise e os resultados dados coletados; e na quinta seção as considerações finais da pesquisa. Dessa forma, a pesquisa torna-se relevante a medida que analisa como se dá o processo de implantação e as dificuldades encontradas pelos gestores de supermercados, contribuindo de forma significativa para outras pesquisas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade existe desde os primórdios da humanidade em aspecto comercial. Segundo Sá (1997, p. 25), “a escrituração contábil nasceu antes mesmo que a escrita comum aparecesse, ou seja, o registro da riqueza antecedeu aos demais, como comprovam os estudos realizados sobre a questão, na antiga Suméria”. Após retirar da natureza o que necessitava para viver ou cultivar para sua própria subsistência, o homem passou a acumular esse excedente para em seguida trocá-lo por outros bens de seu interesse. Historicamente, encontraram fontes que comprovam que em tempos remotos o homem já registrava as primeiras atividades de comércio.

Sá (1997, p. 25) afirma que as “apurações de custos, revisões de contas, controles gerenciais de produtividade, orçamentos, tudo isso já era praticado em

registros feitos em pranchas de argila, nas civilizações da Suméria e da Babilônia (Mesopotâmia)”, dessa forma, nota-se uma modernização crescente ao longo do tempo na Contabilidade.

Com o acúmulo de capitais e a precisão de novos produtos gerou a necessidade de registrar e controlar as atividades comerciais. Em consequência desses fatos, houve um estímulo do estudo da matemática e o aperfeiçoamento dos métodos utilizados para calcular, tornando um sistema complexo. Sá (2002) afirma que

Na antiguidade, o conhecimento contábil estava limitado ao do registro e suas normas, mas já era aprimorado e também ensinado em escolas, juntamente os cálculos matemáticos. Amplo era o uso dos livros na antiguidade clássica, porque ampla era a análise dos fatos; os romanos chegavam a ter um livro de escrituração de fatos patrimoniais para cada atividade que era desenvolvida (livro da fabricação do azeite, livro da fabricação do vinho, livro dos bens patrimoniais, livro das despesas e receitas etc.” (SÁ, 2002, p.23)

É importante destacar que na antiguidade clássica, tem relevância um sistema evoluído para registrar as riquezas, desenvolvendo um sistema de registros. Em 1494, Luca Paccioli publica um tratado da matemática e a criação de uma metodologia própria para o controle usadas até hoje pela Contabilidade. Castro e Palhares apontam que

É neste panorama que surge o método das partidas dobradas” e, “o aparecimento da Contabilidade como um método de controle e registro das operações comerciais só foi possível devido à existência simultânea de certos elementos, que são: a escrita, aritmética, propriedade privada, dinheiro, comércio e capital (CASTRO; PALHARES, 1990, p. 19)

Em síntese, a metodologia desenvolvida por Paccioli, o método das partidas dobradas, traz que para cada débito existe um crédito que o corresponde e vice-versa. O modelo criado por Paccioli é utilizado até os dias atuais, onde toda operação existe uma origem e uma destinação. Essa metodologia foi considerada oficial para registro, fiscalização e mensuração do patrimônio de todas as entidades.

Dessa forma, nota-se que a Contabilidade vem sendo utilizada desde a sua fase de surgimento, não perdendo sua importância ao longo do tempo. Hoje ela é uma área de conhecimento essencial para se conhecer acerca dos desdobramentos e da evolução econômica das organizações empresariais.

A importância do papel da Contabilidade em uma empresa deve-se ao fato de que através dela seus administradores ficam cientes do valor de seus ativos, passivos, receitas, custos e despesas referentes ao seu negócio, além de conhecer a produtividade, traçando, assim, um planejamento tributário e a correta tomada de decisões. Em suma, a Contabilidade utiliza-se das informações de todas as esferas da empresa, os mais relevantes aspectos além da tesouraria, que incluem o faturamento, a produção que diz respeito aos custos e despesas, a administração de recursos humanos referente a folha de pagamentos, por exemplo, o fiscal e o financeiro e tem como principais objetivos coletar dados, interpretá-los, registrar em documentos e gerar informações que possam direcionar os donos dos patrimônios para a melhor opção. O planejamento das ações se constitui decidir dentre as alternativas a que melhor satisfaça o objetivo ansiado de forma eficaz.

## 2.2 ATRIBUIÇÕES DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A Contabilidade é uma ferramenta indispensável na gestão das micro e pequenas empresas que almejam crescer e se desenvolver no mercado de trabalho, independentemente da localização ou do tamanho que essa instituição representa. A contabilidade promove o crescimento das micro e pequenas empresas ao transmitir as informações contábeis, de acordo com suas demonstrações, para comparação de conteúdo (antigos e atuais). Segundo Silva (2002), uma empresa necessita de Contabilidade, pois sem ela é uma empresa sem memória, sem identidade e sem condições de sobrevivência ou de planejar seu crescimento. Oliveira (2005, p. 36) ainda acrescenta que a “Contabilidade gerencial fornece as informações claras, preciosas e objetivas para a tomada de decisão”.

O Código Civil Brasileiro em sua Lei nº 10.406/2002, afirma em seu artigo 1.179 que

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. (BRASIL, 2002, p. 246)

Sendo assim, a escrituração contábil deve ser composta pelo registro de fatos administrativos que percorrem de forma qualitativa ou quantitativa o patrimônio. Controlar tal patrimônio deve ser considerado essencial e não deve ser confundida com o registro simples.

Assim, percebe-se a importância do papel do contador, visto que essas empresas possuem uma carga tributária que não é tão simples, precisando enviar suas declarações, algumas delas abrangidas, com o e-social, como por exemplo: SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social), CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte), além de outras que são abrangidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

Diante disso, verifica-se que a Contabilidade tem buscado inovar, tendo que se adaptar aos novos modelos tecnológicos de armazenamento e processamento de dados, para evoluir junto com a era da informatização.

### 2.3 O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

As micro e pequenas empresas, para sobreviverem no mercado, assim como as empresas de médio e grande porte, também necessitam estar em dia com as contribuições que lhes são cabidas, ou seja, elas necessitam fazer as declarações fiscais e contábeis, informando ao Estado sua condição financeira.

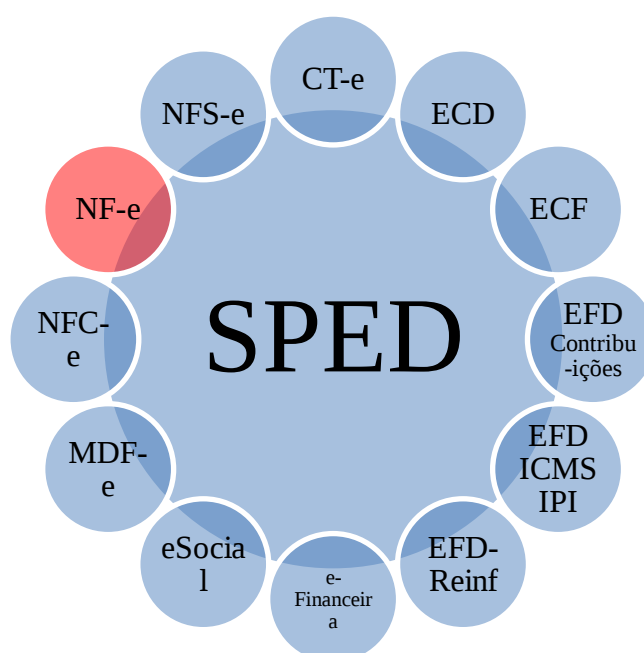
O envio das declarações fiscais e contábeis das entidades é feita na forma eletrônica por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Ele foi implantado pelo Governo Federal através Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e propõe facilitar a troca de informações entre o fisco e os contribuintes. De acordo com o endereço eletrônico do projeto, este

Consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. (BRASIL, 2019)

Dessa forma, o objetivo do projeto SPED é padronizar a forma de emitir e armazenar os documentos fiscais, além de contribuir para o aumento da confiabilidade entre o fisco e os contribuintes. Esse processo também requer que todas as empresas se adaptem aos avanços tecnológicos (MARIANO; AZEVEDO, 2013).

Os módulos do SPED em andamento são descritos a seguir e ilustrados conforme a figura 1: Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD Contribuições), Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI (EFD ICMS IPI), Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD Reinf), e-Financeira, e-Social, Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), Nota Fiscal de Consumidor (NFC-e), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

Figura 1: Módulos do SPED



Fonte: Desenvolvido pela autora, inspirado em < <https://blog.cefis.com.br/sped-fiscal/>>

É importante destacar que antes da escrituração digital, as empresas deveriam manter sua regularidade fiscal, além de guardar e autenticar seus livros fiscais junto ao Fisco. Com o processo digital, as informações são enviadas automaticamente, diminuindo a burocracia e tornando a interação mais simples. Na figura a seguir (figura 2), demonstra-se o sistema de relacionamento anterior e após a implantação do SPED.

Figura 2: Sistema de Relacionamento entre contribuintes e o Fisco



Fonte: disponível em: <<https://blog.cefis.com.br/sped-fiscal/>>

De acordo com a imagem acima, percebe-se que a relação entre Fisco e Contribuinte se tornou menos burocrática, simplificando o trabalho de fiscalização e tornando-o mais eficaz. Desse modo, reduz os custos com materiais, como papéis, uniformiza as informações do contribuinte, simplifica e agiliza os processos sujeitos ao controle de administração, fornece rapidez no acesso às informações, entre outros benefícios.

## 2.4 AS NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS

O projeto sobre as Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e), foi desenvolvido pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil e conferiu ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a responsabilidade pela implantação e desenvolvimento das NF-e. Dessa forma, o projeto se justifica pelo controle fiscal possibilitado a partir da integração de informações. Ressalta-se que houve inúmeros benefícios com o estabelecimento desse projeto, pois passou-se a notar melhorias no processo de controle e de fiscalização (BRASIL, 2016).

O Ajuste SINIEF 07/05 de 05 de outubro de 2007 instituiu de forma nacional a NF-e e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE). O documento apresenta as disposições legais que regulamentam a NF-e, bem como as atividades obrigadas a emití-la. Na Cláusula Primeira, afirma que a NF-e é

O documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador. (BRASIL, 2016, p. 1)

Bonfim et al. (2012) dizem que os objetivos que envolvem a NF-e é implantar uma padronização de documento eletrônico, com validade jurídica e que simplifique as obrigações dos contribuintes e que forneça ao Fisco informações em tempo real das movimentações comerciais das entidades.

De acordo com o Portal da NF-e, a implantação da NF-e tem uma série de benefícios aos envolvidos. Procurou-se sumarizar estes benefícios no quadro abaixo.

Quadro 2: Dos benefícios esperados com o uso da NF-e

| Ente | Benefícios esperados |
|------|----------------------|
|------|----------------------|

|                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Contribuinte Vendedor  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução de custos de impressão;</li> <li>• Redução de custos de aquisição de papel;</li> <li>• Redução de custos de envio do documento fiscal;</li> <li>• Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais;</li> <li>• Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF;</li> <li>• Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira;</li> <li>• Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B).</li> </ul>                                                                                 |
| Contribuinte Comprador | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias;</li> <li>• Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e;</li> <li>• Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais;</li> <li>• Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B).</li> </ul>                                                                                                                                                                                             |
| Sociedade              | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do consumo de papel, com impacto positivo para o meio ambiente;</li> <li>• Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias;</li> <li>• Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas;</li> <li>• Surgimento de oportunidades de negócios e emprego na prestação de serviços ligados a NF-e.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                             |
| Fisco                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento na confiabilidade da nota fiscal;</li> <li>• Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;</li> <li>• Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;</li> <li>• Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;</li> <li>• Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais.</li> </ul> |

Fonte: ENCAT (2006)

De modo geral, percebe-se que com a implantação da NF-e há uma redução significativa de burocracia, além de propor uma modernização da administração e um controle maior na fiscalização dos dados tributários.

## 2.5 CARACTERÍSTICAS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas possuem uma singularidade no que diz respeito a sua inserção no mercado, na maneira em que competem e em relação à tributação. As micro e pequenas empresas são importantes para a economia brasileira, pois possibilitam a geração de emprego e renda para uma parte significativa da população.

Por representar um importante contribuinte na economia brasileira, as micro e pequenas empresas são alvos de políticas públicas voltadas a garantir a sua sobrevivência. Para tanto, foi criada a Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar Nº 123), que facilita a tributação, sendo necessária a compreensão de seu funcionamento e diferenciação das características próprias de cada uma delas. Segundo a lei supracitada, no art. 3º afirma que

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016). (BRASIL, 2006).

Diante do exposto, percebe-se que a implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas também contribuiu para a simplificação e desburocratização, criou facilidades para o acesso ao mercado e à obtenção de crédito e estímulo à inovação e à exportação (SEBRAE, 2019). Cotadas como forma para sobrepujar o desemprego, as micro e pequenas empresas ainda contribuem para estimular a economia do país. As políticas públicas voltadas para o fortalecimento dessas empresas garantem seu funcionamento ao ofertar redução de carga tributária e incentivos fiscais.

A fim de diferenciá-las, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Brasil, 2006), afirma que o critério para a determinação da classificação dependerá do seu faturamento anual. Enquanto as microempresas serão caracterizadas dessa forma por obter uma renda bruta anual igual ou inferior a R\$360.000,00, as empresas de pequeno porte terão esse status por obter uma renda bruta anual superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00.

Já de acordo com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), a classificação das empresas entre micro e pequenas está relacionada não apenas em relação ao faturamento anual, mas em relação ao número de empregados que compõem a sua estrutura, conforme quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Classificação de micro e pequenas empresas do por número de empregados do SEBRAE

| <b>Classificação</b>       | <b>Micro empresas</b> | <b>Pequenas empresas</b> |
|----------------------------|-----------------------|--------------------------|
| <b>Comercio e Serviços</b> | 0- 9 empregados       | 10 - 49 empregados       |
| <b>Industria</b>           | 0 -19 empregados      | 20 – 99 empregados       |

Fonte: SEBRAE, 2007.

Em relação a estrutura organizacional das micro e pequenas empresas, verifica-se que geralmente, são empresas que apresentam uma estrutura simples e são gerenciadas pelo próprio proprietário. Comumente, essas empresas assumem altos riscos ao não diferenciar o que seria patrimônio relacionado a pessoa física e o patrimônio relacionado a pessoa jurídica.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (2006), a pesquisa surge diante de questões que não se obteve resposta imediata ao problema levantado, sendo necessária a busca em outras fontes as informações que respondam aos anseios das indagações. Diante disso, deve resultar de maneira significativa na aquisição de novos conhecimentos e que seja benéfico para a ciência. Segundo Gil (2006),

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. [...] a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.” (GIL, 2006, p. 17)

Sendo assim, o estudo em questão se caracteriza como uma pesquisa descritiva e quantitativa ao buscar analisar a percepção de alguns gestores de supermercados de pequeno porte no município de Mamanguape-PB sobre a implantação da Nota fiscal eletrônica.

Para a execução do estudo, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, recorrendo-se a livros e artigos científicos relacionados a contabilidade; micro e

pequenas empresas e NF-e, recorrendo a literatura pertinente ao tema, nesta fase, buscou-se aportes em autores como: Castro e Palhares (1990), Sá (1997; 2002), Chér (1991), Silva (2002), Oliveira (2005), Bonfim et al (2012), Córdova (2012), bem como em documentos como o Código Civil Brasileiro (2002). Além disso, também se utilizou de levantamento de dados primários, utilizando-se como ferramenta de coleta de dados a aplicação de questionário, que continha questões objetivas e subjetivas.

Os questionários foram aplicados junto de doze gestores de micro e pequenas empresas do setor comercial, em específico, de supermercados, que se localizavam no município de Mamanguape/PB. A aplicação do questionário ocorreu durante o mês de julho de 2019. A escolha das empresas respondentes foi aleatória, levando em consideração a acessibilidade e disponibilidades dos gestores para responder o questionário.

A amostra da pesquisa, portanto, foi de 12 supermercados. Para efeitos de preservação dos nomes dos estabelecimentos, optou-se por nomear as empresas seguindo uma numeração, ou seja, Supermercado 1, Supermercado 2, Supermercado 3, Supermercado 4, Supermercado 5, Supermercado 6, Supermercado 7, Supermercado 8, Supermercado 9, Supermercado 10, Supermercado 11 e Supermercado 12.

Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados e analisados.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, buscou-se identificar o tempo de atuação, o número de funcionários e o regime de tributação a fim de traçar um perfil geral das empresas respondentes do questionário. As informações coletadas revelaram 7 dos 12 supermercados atuam na cidade de Mamanguape/PB entre 5 a mais de 5 anos. Percebe-se também, que a maioria deles possuem o quantitativo igual ou superior a 5 de funcionários registrados que trabalham no ambiente, conforme pode ser observado no quadro 2.

Portanto, o perfil dessas empresas se enquadra no que o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa), convencionou chamar de microempresas. De acordo com o SEBRAE (2019), a empresa que está inserida no ramo de comercio e serviços é considerada como microempresa, desde que tenha entre 0 a 9 empregados.

Quadro 3: Do perfil das empresas

| <b>Sujeito da Pesquisa</b> | <b>Tempo de atuação da empresa no mercado</b> | <b>Regime de tributação da empresa</b> | <b>Quantitativo de funcionários registrados</b> |
|----------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------|
| Supermercado 1             | Mais de 5 anos                                | Lucro Real                             | Mais de 10                                      |
| Supermercado 2             | Entre 4 e 5 anos                              | Lucro Real                             | De 5 a 10                                       |
| Supermercado 3             | Mais de 5 anos                                | Lucro Real                             | De 1 a 3                                        |
| Supermercado 4             | Mais de 5 anos                                | Lucro Real                             | Mais de 10                                      |
| Supermercado 5             | Entre 3 e 4 anos                              | Lucro Real                             | De 5 a 10                                       |
| Supermercado 6             | Entre 1 e 2 anos                              | Simples Nacional                       | De 1 a 3                                        |
| Supermercado 7             | Mais de 5 anos                                | Simples Nacional                       | De 1 a 3                                        |
| Supermercado 8             | Entre 4 e 5 anos                              | Lucro Real                             | Mais de 10                                      |
| Supermercado 9             | Menos de 1 ano                                | Não respondido                         | Mais de 10                                      |
| Supermercado 10            | Mais de 5 anos                                | Lucro Real                             | Mais de 10                                      |
| Supermercado 11            | Menos de 1 ano                                | Lucro Real                             | Mais de 10                                      |
| Supermercado 12            | Entre 3 e 4 anos                              | Lucro Real                             | Mais de 10                                      |

Fonte: Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ainda de acordo com o quadro 3, pode-se verificar que a maior parte (9 das 12 empresas participantes) dos supermercados investigados utilizam o regime de tributação

de Lucro Real que diz respeito a regra para a apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica. Dos doze questionários entregues e que foram respondidos, apenas o Supermercado 9 não respondeu à questão relacionada ao regime de tributação de sua empresa.

Conforme salientou Córdova (2012), o Lucro Real consiste no “*lucro líquido apurado na escrituração contábil*”, que deve ser mensurado observando as “*normas da legislação comercial, ajustado no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, pelas adições, exclusões e compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária (arts. 247, 249 e 250 do RIR/99)*” (CÓRDOVA, 2012, p. 2). Assim, tem por finalidade apurar a base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas que optarem por esse tipo de regimentação.

Os outros dois proprietários responderam que o regime empregado é o do Simples Nacional, que segundo o endereço eletrônico da Receita Federal (BRASIL, 2019) define-se como “um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006” e que trata-se de um regime diferenciado para empresas que possuem faturamento de até R\$4,8 milhões e tem como principal finalidade reduzir a burocracia no pagamento de impostos.

As respondentes foram questionadas se emitiam a NF-e e quem era o responsável por emití-la. Em relação a esse questionamento, verificou-se que em todas as empresas pesquisadas são emitidas a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), e que em 92% delas esse trabalho é executado pelos funcionários da própria empresa supervisionados pelos gestores e que em apenas 8% delas esse trabalho é executado pelo proprietário.

Isso revela que estas empresas estão em conformidade com a obrigatoriedade de emissão da NF-e, que está prevista pelo Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, onde cita que

A obrigatoriedade aplica-se a todas as operações efetuadas em todos os estabelecimentos dos contribuintes referidos nesta cláusula que estejam localizados nas unidades da Federação signatárias deste protocolo, ficando vedada a emissão de Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas neste protocolo. (Brasil, 2009)

Dessa forma, as empresas cumprem o protocolo, ao emitir a Nota Fiscal Eletrônica aos seus consumidores. Entretanto, quando foram indagados sobre o motivo que as levou a implantar e emitir a NF-e, todas as empresas questionadas afirmaram que a implantação das NF-e se deu de forma obrigatória.

Ainda em relação ao processo de implantação da NF-e, procurou-se levantar se a empresa, no momento da implantação do sistema, estava preparada com as ferramentas necessárias, como computador, impressoras, etc. para a emissão de NF-e. Como resposta, obteve-se que apenas 3 empresas não estavam preparadas, o que corresponde a 24% do quantitativo pesquisado.

Já no quadro 4, procurou-se evidenciar a satisfação para empresa após o processo de implantação da NF-e em relação a alguns itens específicos, utilizando-se para isso, uma escala que variava entre 1 a 5, considerando como (1) para menor satisfação e (5) para maior satisfação.

Quadro 4: Classificação do grau de satisfação após implantação da NF-e

| Sujeitos da pesquisa | Quesitos                    |                               |                                              |                                        |                                 |
|----------------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------|
|                      | Redução do consumo de papel | Confiabilidade na Nota Fiscal | Redução de erros na emissão de Notas Fiscais | Velocidade na emissão de Notas Fiscais | Operar no sistema de emissão de |

|                 |   |   |   |   | Notas Fiscais |
|-----------------|---|---|---|---|---------------|
| Supermercado 1  | 3 | 4 | 4 | 5 | 5             |
| Supermercado 2  | 2 | 4 | 4 | 2 | 3             |
| Supermercado 3  | 2 | 3 | 4 | 4 | 4             |
| Supermercado 4  | 3 | 2 | 3 | 1 | 1             |
| Supermercado 5  | 1 | 2 | 2 | 3 | 2             |
| Supermercado 6  | 3 | 2 | 3 | 2 | 4             |
| Supermercado 7  | 1 | 1 | 2 | 1 | 1             |
| Supermercado 8  | 3 | 2 | 3 | 2 | 3             |
| Supermercado 9  | 3 | 2 | 2 | 2 | 1             |
| Supermercado 10 | 2 | 2 | 3 | 2 | 1             |
| Supermercado 11 | 1 | 1 | 4 | 1 | 4             |
| Supermercado 12 | 3 | 1 | 2 | 2 | 3             |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com o quadro 4, verifica-se que as empresas investigadas apontaram maior satisfação após a implementação do sistema NF-e, em relação a redução de erros na emissão das notas fiscais, tendo avaliação entre 3 e 4, por parte de oito empresas entrevistadas. Isso também foi verificado em relação a redução do consumo de papel, o que reflete que com a informatização da Contabilidade acaba-se tendo, de forma indireta, benefícios ao meio ambiente e menos gastos para a empresa, ao diminuir o grande consumo de papel, passando a arquivar de forma mais eficaz e armazenar maior quantidade de dados. Isso reforça a afirmação de Bonfim (2012), ao colocar que:

Um dos primeiros benefícios da NF-e é a economia em relação ao uso do papel, pois neste caso ela é exclusivamente virtual e com assinatura digital, garantindo confiabilidade no processo e também validade jurídica. Sua impressão é facultativa tanto ao emissor quanto ao receptor. (BONFIM, 2012, p. 12)

Diante disso, torna-se benéfico e um importante aliado na questão ambiental, já que reduz o consumo de papel e diminui o impacto causado pela impressão de cada documento.

Outra questão levantada, estava relacionada as dificuldades enfrentadas pelas empresas entrevistadas durante o processo de implantação da NF-e, como mostra o quadro 5, quando o Supermercado 3 aponta essa não houve benefícios e cita como causa a dificuldade de encontradas pessoas qualificadas para exercer o cargo, sendo assim, algumas das empresas apontaram como maior dificuldades, a questão da mão de obra qualificada para operar o sistema da NF-e, conforme citaram os gestores dos citam os sujeitos Supermercado 2 e Supermercado 11

Uma das maiores dificuldades foi a de achar pessoas qualificadas para exercer a função de faturista. (SUPERMERCADO 2, 2019)

Dificuldade de achar pessoas qualificadas para exercer essa função de faturista, devido às exigências fiscais. (SUPERMERCADO 11, 2019)

O faturista é o profissional responsável pela emissão da NF-e, o que exige habilidades tecnológicas, mas também requer que este conheça uma gama de serviços prestados, obrigações e procedimentos de departamento de faturamento, além da tributação e atualizações na legislação. Para tanto, torna-se essencial que o faturista seja bem qualificado para somar benefícios ao proprietário, bem como a empresa.

Na coleta de dados utilizada, todos os proprietários afirmaram se sentirem seguros com a implantação da NF-e, porém alguns relataram problemas advindos do

sistema. Os problemas estavam relacionados aos servidores ou ao próprio sistema em uso por essas empresas, o que acarretou a perda de entradas e saídas e apenas um proprietário registrou a dificuldade encontrada no cadastramento de produtos.

Buscou-se ainda verificar se existem e quais foram as vantagens trazidos para as empresas pesquisadas com a implantação da NF-e. Todos os sujeitos participantes, exceto o Supermercado 3, afirmaram notar benefícios desde a implantação do sistema. Diante das respostas obtidas, procurou sumarizar os melhoramentos (ou não) citados pelos sujeitos.

**Quadro 5: Dos benefícios trazidos para os micro e pequenos supermercados**

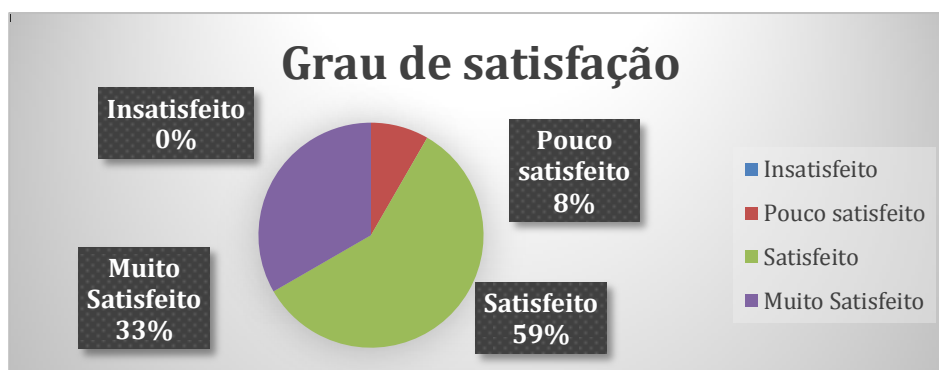
| Sujeitos da pesquisa | Benefícios com o uso da NF-e |                                                                                                                                       |
|----------------------|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                      | Sim/Não                      | Motivo                                                                                                                                |
| Supermercado 1       | Sim                          | A integralização referente a entradas e saídas de notas, ficou mais simples a forma de apurar os impostos.                            |
| Supermercado 2       | Sim                          | A velocidade das informações em questão de estoque e sobre a entrada e saída de produtos.                                             |
| Supermercado 3       | Não                          | Dificuldade e treinar pessoas para essa função de faturista e cadastrar todos os produtos e fornecedores                              |
| Supermercado 4       | Sim                          | Fica mais fácil de apurar impostos de redução de gastos e organização.                                                                |
| Supermercado 5       | Sim                          | A rapidez no envio e recebimento das informações e as tributações dos produtos que ficam mais específicas.                            |
| Supermercado 6       | Sim                          | Fica mais rápido para enviar e receber notas fiscais.                                                                                 |
| Supermercado 7       | Sim                          | O faturamento ficou mais ágil e também para guardar as notas, reduziu custos em armazenamento de notas.                               |
| Supermercado 8       | Sim                          | Diminuiu os erros de entrada de notas e de tributação incorreta.                                                                      |
| Supermercado 9       | Sim                          | A organização e gerenciamento das notas, ficaram mais rápidas e precisas.                                                             |
| Supermercado 10      | Sim                          | Reduziu os custos de papel, também de espaço, pois antes tinha que guardar as notas em papel e reduziram os erros nas notas.          |
| Supermercado 11      | Sim                          | Não respondeu                                                                                                                         |
| Supermercado 12      | Sim                          | A questão de nota fiscal ser autenticada se faz rapidamente e a redução de erros de digitação através das importações do arquivo XML. |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Diante das informações apontadas no quadro 5, percebe-se que há vantagens significativas de impactos positivos nas empresas, o que favoreceu a adequação tecnológica das mesmas, além de reduzir os custos com a emissão de papel, redução dos custos de armazenamento de documentos, velocidade no gerenciamento das notas, simplificação dos de obrigações acessórias, entre outros (BRASIL, Portal da NF-e, 2019).

Por último, os gestores entrevistados foram questionados qual o grau de satisfação de modo geral, em relação a implantação e utilização do sistema de NF-e. Verificou-se que 33% afirmaram está muito satisfeito e 59,% afirmaram estar satisfeitos, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

**Gráfico 1: Do grau de satisfação com o uso da NF-e**



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Apesar de apontarem algumas dificuldades no processo de implantação do sistema NF-e, os proprietários de micro e pequenos supermercados da cidade de Mamanguape-PB, consideram-se (a maioria) satisfeitos ou muito satisfeitos com as vantagens desse sistema. Ao comparar esta questão com o quadro 4, percebe-se que há controvérsia diante da satisfação apontada pelos gestores em relação ao grau de confiabilidade registrado. Ainda comparando com o gráfico com o quadro 5, constatamos que, dos respondentes da pesquisa, apenas 1 (Supermercado 3) apontou que não houve benefícios para a sua empresa, citando como causa a dificuldade de encontrar funcionários qualificados ou treiná-los para a função de faturista.

Diante do que foi analisado, pode-se perceber que o processo de implantação das Notas Fiscais Eletrônicas apresenta algumas dificuldades para os gestores dos supermercados de pequeno porte, porém, logo estes constataram benefícios na gerência de dados e na redução da burocratização junto ao Fisco.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Nota Fiscal Eletrônica trouxe inúmeros benefícios para as empresas, na qual tem se notado benefícios significativos para o contribuinte, com a redução dos gastos com papel, com armazenamento de documentos e diminuição dos erros, para a sociedade, com a redução do uso de papel e dos impactos ambientais, para o fisco, com a melhoria do controle fiscal. Ainda pode-se notar na redução da burocracia e modernização da administração dessas empresas. Dessa forma, o estudo também evidenciou o avanço das tecnologias na área contábil, com o que evoluiu consideravelmente e que nos dias atuais se enquadra na era da informação.

O estudo em questão procurou investigar os procedimentos que são necessários para a implantação da nota fiscal eletrônica, bem como identificar as dificuldades e apresentar os benefícios de sua implantação, sob a perspectiva dos proprietários de supermercados de micro e pequeno porte da cidade de Mamanguape. Dessa forma, refletiu sobre importância da Nota Fiscal Eletrônica para a sociedade como o todo, destacando as contribuições da sua inserção nas empresas. Para tanto, evidenciaram-se ao longo desta pesquisa, os objetivos, a motivação, o referencial teórico que abordou desde os primórdios da Contabilidade até a Nota Fiscal Eletrônica, a metodologia empregada no estudo e a pesquisa em si, de modo que almejou haver contribuído para o enriquecimento sobre o tema.

Para responder ao questionamento precípua da pesquisa, que buscou identificar qual a percepção dos gestores de supermercados sobre a implantação da NF-e, foi necessário um estudo bibliográfico e aplicação de um questionário a doze gestores de

supermercados de micro e pequeno porte da cidade de Mamanguape-PB, Litoral Norte do Estado da Paraíba.

Diante do estudo, constatou-se que a maioria dos sujeitos participantes desta pesquisa registraram seu grau de satisfação entre satisfeito e muito satisfeito, destacando como pontos positivos da inserção da NF-e em seu estabelecimento a redução dos gastos com papel, a integralização dos dados referentes às entradas e saídas, a rapidez no faturamento, diminuição dos erros na entrada e saída de notas, a organização e a redução na burocratização da tributação.

Dessa forma, acredita-se que o objetivo desta pesquisa tenha sido alcançado de modo que se obteve o levantamento das dificuldades e dos benefícios encontrados pelos sujeitos deste estudo. A pesquisa contribui para que os gestores de supermercados de micro e pequeno porte possam em resumo analisar os efeitos da implantação das tecnologias na esfera contábil da empresa, enfatizando os benefícios e dificuldades encontrados. Ressalta-se que a generalização ou aplicação dos resultados a outras realidades deve ser estudada com prudência.

## Referências

BONFIM, Douglas Paveck et al. **Nota fiscal eletrônica**: uma mudança de paradigma sob a perspectiva do fisco estadual. Contexto, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p.17-28, jul. 2012.

BRASIL. **Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6022, de 22 de Janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital. Brasília-DF, 22 jan. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm)>. Acesso em: 15 de mai 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da empres de pequeno Porte e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15.06.2006.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Portal da Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx>>. Acesso em: 12 ago 2019.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Portal da Nota fiscal eletrônica**. Disponível em: <<https://enotas.com.br/blog/beneficios-da-nota-fiscal-eletronica/#tab-con-1>>. Acesso em: 28 ago 2019.

\_\_\_\_\_. Receita Federal. **Portal do Simples Nacional**. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>>. Acesso em: 12 jul 2019.

CASTRO, Laércio R. & PALHARES, Antonio. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Editora Scipione, 1990.

CHÉR, R. **A gerência das pequenas e médias empresas**: o que saber para administrá-las, 2.ed. São Paulo: Maltese, 1991.

CÓRDOVA, Neomar Antônio. **Lucro Real, RTT e FCONT**. Paraná, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARIANO, Paulo Antonio; AZEVEDO, Osmar Reis. **SPED: sistema público de escrituração digital**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: IOB Folhamatic, 2013.

OLIVEIRA, Denise Maria de. **Proposta de um roteiro para montagem do fluxo de caixa simplificado para as pequenas empresas auxiliando na tomada de decisão**. 2003. 137f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003

OLIVEIRA, M. M. **Contabilidade gerencial**: a aplicação na gestão de microempresas e empresas de pequeno porte. 2005. 71f. Monografia. Universidade de Taubaté. 2005.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Daniel Salgueiro. **Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas**, 5.ed. Brasília: CFC: Sebrae, 2002.